

Cardoso pede a Milliet livro branco da dívida

por **Guilherme Barros**
do Rio

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, terá um encontro hoje com o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, para cobrar-lhe o estudo que está sendo elaborado pelo governo da forma como foi contraída a dívida externa brasileira. Cardoso informou que o presidente José Sarney tinha lhe informado, há cerca de um mês atrás, que o governo estava elaborando o livro branco da dívida e é isto que ele irá tentar obter com Milliet.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, esse levantamento que está sendo preparado pelo governo será importante para os trabalhos do Senado referente à dívida externa porque servirá de base às discussões do Congresso. Ele acha que tendo em mãos estes dados será mais fácil para a comissão do Senado discutir as condições em que a dívida foi contraída.

O trabalho do Senado, de acordo com Cardoso, se divide em três partes. Na primeira, será feita uma reconstrução da dívida, levando em consideração qual a parte que corresponde ao governo e à iniciativa privada e a que taxas de ju-

ro foi contratada. Para isto, o livro branco do déficit, conforme Cardoso, será extremamente importante.

O segundo passo será o de ouvir uma série de propostas que existem atualmente para a negociação da dívida externa. Para isso, Cardoso pretende convidar, entre outros, os economistas Edmar Bacha, Antonio Barros de Castro e Paulo Lyra para prestarem seus depoimentos sobre as alternativas que eles propõem para a renegociação da dívida.

O deputado do PMDB, José Serra, afirmou que, atualmente, é um bom momento para o Brasil negociar sua dívida externa. Para ele, esta oportunidade se deve ao fato de que muitos países endividados já negociaram sua dívida e o Brasil tem chances, agora, de optar por um cardápio de alternativas existentes para negociar o seu débito. Citou, entre os endividados, os casos da Argentina, do México e das Filipinas. Serra também não afasta a possibilidade de uma negociação através do próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), "desde que sejam respeitadas as condições de soberania do País e que não sejam feitos acordos como os do passado".